



Editais nº 1514787
Disponibilização: 09/06/2025
Publicação: 09/06/2025

PREFEITURA DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
Comitê Intersectoria de Política Municipal para a População em Situação de Rua
Rua Libero Badaró, 119, 7º Andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01009000
Telefone: 11-2833-4150

PROCESSO 6074.2024/0007299-7

Extrato de Ata SMDHC/CPDDH/CPPSR/COMITEPOPRUA Nº 127192775

ATA DA 127ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ POPRUA

REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2025 (QUARTA-FEIRA) ÀS 14H00.

Participantes Governo: Adalberto de Almeida Santos (SMDHC) Karen Fernanda (SMDHC); Maria Lucia de Oliveira (SMDDET); Silvana Ferreira Gomes (SMS); Karina Ambrósio Claro (SME); Thais Silva dos Santos (SMADS); Mary Luciana da Cunha (SMADS); Luciana Braga (SGM); Erico Baptistella Casagrande (SMSUB)

Participantes Sociedade Civil: Hari Kraemer, Gisele Abreu, Andre Aio

Participantes Organização Social: Mabel Andrade Garcia (AEB), Darcy da Silva Costa (CISARTE); Sheila Marcolino (Centro Gaspar Garcia); Beatriz Clemente (Fórum da Cidade).

Participantes Convidados: Regina Santana (Secretária/SMDHC); Stella Verzolla (Adjunta/SMDHC); Allan Souza Santos (SMDHC/ODH)

A reunião teve início às 14:25, sendo presidida por parte da equipe que compõe a Coordenação de Políticas para População em Situação de Rua (CPPSR): Karen Fernanda e Roberta Paulino e Adalberto de Almeida, e, com participação da Secretária Regina Santana.

Karen inicia informando que a Secretaria da Habitação não estará presente na reunião, mas destaca que outras secretárias estão presentes na reunião. Informa sobre a pauta que foi sugerida pelo conselheiro Darcy Costa, sobre MINHA CASA MINHA VIDA, mas Karen destaca que como a secretaria de maior interesse não estará presente (SEHAB) entende-se que não será de proveito de todos dar seguimento, destaca sobre a reunião de abril e sobre as convocatórias que foram enviadas de secretaria para demais secretarias.

Darcy informa sobre a portaria, trazer esclarecimentos e o que existe. São tarefas que o comitê pode-se tirar como encaminhamento sobre tirar a quantidade de empreendimentos como minha casa minha vida, que já se tem no município e que possam ser contemplados, diz que São Paulo é um local com mais de mil pessoas em situação de rua e é um trabalho que o município já tem que iniciar, para que se possa o mais rápido possível contemplar famílias dentro dos critérios dentro da resolução.

Karen retoma e informa para os presentes que a pauta das reuniões é sugerida, por qualquer pessoa e que todos podem participar das reuniões online (grupos de trabalho e subcomitês). Destaca que a ata não era para ser vista inicialmente, pois havia sido enviada aos conselheiros para aprovação, após os conselheiros aprovarem a informação seria compartilhada.

Karen informa que a reunião está sendo gravada, apenas para que a Ata desta reunião seja feita com as informações de forma íntegra.

Karen se apresenta e informa que por hora Adalberto ficará no lugar de Luiza Quirino, coordenadora do Comitê PopRua.

Neste momento, Adalberto se apresenta e explica o motivo de Luiza não estar presente. Sobre o caso de Luiza compreende que ela está atendendo agora na região de Santo Amaro.

Representantes de governo presentes se apresentam na reunião.

A secretária Regina Santana se apresenta para quem não a conhecia e destaca que ficou contente que viu o auditório cheio, destaca que Luiza foi para SMADS, e que Luiza é uma indicação de um parlamentar. Regina também apresenta Alan, profissional da área de Direitos Humanos, que integra a nossa Ouvidoria, ele exerce a função de coordenador desta importante instância e se junta a nós neste momento.

Além do Alan, contamos com a presença de outro estimado colega, Luiz Gbanti, que, assim como o Luiz Bravo. Luiz Gbanti embora não seja da equipe direta, demonstra grande interesse em acompanhar os trabalhos e auxiliar.

Seguimos a reunião com as manifestações da sociedade civil conforme inscritos para falas.

Castor é o primeiro inscrito e informa que tem atas em suas mãos e não gostaria nunca mais de ver nas atas as palavras destorcidas e informa que é pseudoanalfabético e não usa palavras arcaicas e nem sofisticadas, então, se ele colocar arroz com abobora, é para colocar arroz com abobora. Castor informa que não faz discurso como está constando na ata “que o seu Castor faz discurso”, ele não faz discurso ele fala a calçada. O que a pessoa na calçada não pode falar é que nem sabe que existe secretaria de direitos humanos, nem comitê PopRua não sabe de nada e ele é brasileiro, e se dirige ao presidente da república e quando ele disser “presidente da república” é para colocar “presidente da república” na ata, que é para ele saber. Castor informa que é para colocar presidente da república, governador e prefeito e não colocar nas 4 atas que ele tem em mãos frases do tipo “seu Castor falou que a calçada e que a rua...” destaca que ele não fala “rua” fala “calçada” informa que o foco dele é pessoa em situação de calçada e não albergue, SEHAB, “sehob” ou “sehib”, não é esse o foco dele. Informa que quando perde o tempo da vida dele de ficar três horas nas reuniões uma vez por mês não é para ficar ouvindo assalariados que chegam lá na posição de presidente da república, governador e prefeito, assalariado tentando dar explicação da pobreza no Brasil.

Castor expressou a indignação e cobrou a presença da imprensa, questionando: “*Cadê o jornalismo?*” Informa que já pediu jornalismo na reunião. Ele destacou que essa solicitação já havia sido feita há mais de 10 anos e reforçou a importância do jornalismo para informar que pessoas em situação de calçada existem porque a sociedade quer que pessoas em situação de calçada morram. Quando ele fala em jornalismo, Castor quer ser respeitado. Se ele não é respeitado pelo

coordenador, tudo bem, mas quer ser respeitado como membro da comissão que participou durante 2 a 3 meses aqui e não faltou em nenhuma reunião.

Castor pede a Alex que filme sua fala, justificou essa solicitação pelo receio de sofrer represálias, informa que no Brasil a pessoa que sofre consequência. Pede para Alex gravar, filmar e guardar como prova, para depois a oposição não dizer que está maltratando fulano ou ciclano, ele não está maltratando ninguém está tentando ajudar o brasileiro que tem todos os direitos pela lei da constituinte e ele é o veículo deles e é por isso está pedindo para que registre sua fala. Castor pergunta onde está o banheiro público, ele pede que coloque em ata e informa que entra pelo ouvido da ata e sai pelo outro. Castor informa que foi desrespeitado, pois a reunião era as 15h e depois mudou para as 13h30 e chegou as 13h25 e disseram que a reunião mudou e que tinha um papel e ele disse que não é homem de ver papel em parede e ele é homem que quer ser explicado, brasileiro que quer ser respeitado e quando for fazer alguma modificação, que notifique por e-mail por telefone, porque nesta desgraça que inventaram, inventam uma tecnologia, mas não resolve o problema do homem que está na calçada, e não dão moradia digna. Ele informa que é a favor de moradia digna para brasileiro e não é a favor de ONG e não tem nada vinculado a essas associações, diz que não ganha nada e que é voluntário e tem coragem e se a coragem dele o matar um dia, morreu um homem corajoso.

A próxima é Gisele Abreu, ela se apresenta e informa que é conselheira titular. A conselheira fala em relação ao POT e questiona o processo de que para alguns são 2 anos e outros 3, relata que dentro do programa não pode ficar doente e não pode faltar, destaca que acham que estão lidando então com pessoas de classe média alta, e informa que o que precisa entender é que se trata de pessoas em situação de rua e tem que entender que a maioria são pessoas que já sofreram violações. Relata que é um descaso o que o SEPAS faz e que um joga para o outro. Gisele detalha que na secretária dos direitos humanos acha muito estranho que em outras coordenações como dos indígenas é uma pessoa indígena, na coordenação de LGBTQIAPN+ é uma pessoa trans, o coordenador de raça é uma pessoa negra e porque no caso da população de rua, quem está na coordenação é uma patricinha, alega que deveria ser uma pessoa com a trajetória de rua. Gisele pergunta a Adalberto se ele tem 4 faculdades, mas pergunta se ele tem histórico com as pessoas em situação de rua, informa que a pessoa tem que entender as demandas e que luta pela população assim como Luiza Quirino que saía e atendia as pessoas na rua, e que trazia solução também. Diz que essas patricinhas não representam a rua (apontando para a equipe da CPPSR). Informa que em uma outra reunião foi-se falado que daqui a pouco iriam processá-la. Gisele diz que não recebe salário dentro da secretária e informa que não irá se calar mesmo sendo perseguida. E se querem que falem bonito, mas que ela é maloqueira mesmo, e ninguém tem histórico de rua e querem uma pessoa mulher que vai lá e resolve. Gisele destaca que precisam de vagas e que ONG's e OSC's precisam responder judicialmente sobre a falta de respostas, informa que é negligência e fala para as pessoas presentes não se calarem.

Flávio iniciou sua fala e informou que se dirigirá à SMADS, destacou que hoje em dia ONG virou desvio de dinheiro, além de ter que meter a cara e tomar tiro e bomba por embate com a polícia, ainda querem que eles paguem e sempre tem um vereador, e além de ser milionário, ainda sim roubava. Flávio destacou que foi até a SMADS e entrou porque lá não se tem recepcionista que os atendam em relação às suas demandas.

Flávio destacou que está na reunião porque está atrás de seus direitos. Informou que é artista de rua e que, se ele largou a bebida alcoólica e outras drogas, foi para ter vergonha na cara, e destacou que respeito é para quem tem. Relatou que não estão valendo nada, e que o que se estão procurando é uma morte inicial, nem o prefeito vai consertar tudo, e perguntou o porquê ele está lá, informou que ele não foi. Destacou que educação e saúde é tudo, porque sem educação não se tem a saúde. Disse que os milionários estão enriquecendo com a miséria de pessoas em situação de rua, informou que pessoas vão morrer assim, lutando. Realçou que se trabalham com a lei e pediu para que se tenha organização dentro da SMADS. E ainda, que não dá para contratar pessoas e deixarem eles fazerem o que querem, porque e que tentou fazer o que quis e não deu certo. Conheceu seis países, perdeu a mãe e o irmão para o câncer, mas que o ódio domina as emoções e por isso as coisas estão assim. Por fim, destacou que esteja presente alguém da Diagonal na reunião.

Lorena Rios se dirigiu à SMADS para questionar a falta de vagas e manifestar sua insatisfação com o fato de que, apesar de Lucas Amaral ser a pessoa responsável, ele delega a tarefa a outra pessoa. Ela relatou ter sido maltratada durante o atendimento, mencionando que o servidor se recusou a registrar seus dados. Segundo Lorena, a denúncia que realizou chegou até Léo Áquila. Ela detalhou que solicita vaga todos os dias, mas não obtém retorno. Além disso, pediu que seja realizada uma vistoria, alegando que há locais com quartos fechados enquanto muitas pessoas seguem sem atendimento.

Luci questionou a situação das pessoas em situação de rua, destacando que, com o frio, muitas permanecem na frente dos abrigos de pernoite aguardando a liberação das vagas, que ocorre apenas às 19h. Ela perguntou por que essas pessoas não podem entrar antes, especialmente para tomar banho e se organizar com mais dignidade. Além disso, mencionou o auxílio moradia, relatando que foi chamada para uma conversa após o corte do benefício em janeiro, o que resultou em seu despejo do local onde estava. Informou que já havia explicado a situação à ouvidoria, mas, por não ter provas no momento, o benefício foi inicialmente suspenso. Quando foi restabelecido, nada foi comunicado ao proprietário do imóvel, que acabou solicitando sua saída.

Logo após a fala de Luci, não foi possível compreender as demais falas devido a ruídos e falas avulsas.

Edvânio iniciou sua fala relatando a dor de viver em situação de rua, mencionando o sofrimento de acordar às 6h da manhã com pessoas mexendo em seus pertences. Destacou a importância de se ter um lugar para morar, tomar banho e viver com dignidade. Criticou a discriminação sofrida por pessoas em situação de rua, afirmando que essa discriminação muitas vezes parte de funcionários das secretarias que, segundo ele, não fazem nada por essa população. Ele questionou se as representantes do governo presentes já haviam vivido em situação de rua e o que realmente significa morar nas ruas.

Em resposta, Mary Luciana, representante do governo, afirmou que nunca esteve em situação de rua, mas que se formou com o objetivo de ajudar pessoas em situação de vulnerabilidade.

Edvânio seguiu sua fala dizendo que possui voz, mas questionou “voz para quê?”, expressando frustração com a falta de escuta e ação. Reforçou seu pedido por moradia e pelo direito de viver

com dignidade, destacando que ninguém sabe realmente o que as pessoas em situação de rua enfrentam. Finalizou dizendo que julgar é fácil, mas o difícil é ajudar de verdade.

Paulo abordou diversas questões relacionadas às políticas públicas voltadas à população em situação de rua, destacando críticas a regras que considerou desumanas e questionando a forma como o auxílio aluguel vem sendo tratado. Ele mencionou que, embora a prefeitura tenha aceitado manter algumas medidas, ainda existem entraves para a criação de regras mais justas e humanas. Paulo também citou o exemplo da região da Marechal, apontando-a como uma referência na implementação do auxílio. Ele fez críticas à falta de compromisso do governo e mencionou questões políticas, sugerindo que as dificuldades enfrentadas decorrem da atuação de figuras públicas e da falta de alinhamento entre diferentes esferas de poder.

Em meio a falas desconexas e interrupções, Paulo destacou que o auxílio aluguel é uma solução importante para tirar pessoas das ruas. No entanto, ele reconheceu as dificuldades de implementação, como a resistência da prefeitura e os impactos da especulação imobiliária. Para ele, sem uma política clara e efetiva, as ações pontuais acabam se mostrando insuficientes diante da complexidade do problema. Por fim, a fala de Paulo foi interrompida diversas vezes por ruídos e falas/gritarias avulsas, o que prejudicou a compreensão de partes significativas de sua exposição.

André Luiz durante sua fala iniciou mencionando questões relacionadas à segurança dos serviços e programas de atendimento à população em situação de rua, incluindo referências a programas de saúde e conselhos voltados a adultos. Ele também indicou que tinha uma proposta a ser colocada. André falou sobre a necessidade de considerar ações direcionadas à criação de oportunidades, citando especificamente a ideia de gerar recursos, muitas vezes por meio de iniciativas privadas. A conversa seguiu para um questionamento sobre a viabilidade de serviços com atendimento 24 horas, incluindo a ideia de transformar espaços como hotéis em locais de acolhimento. Por fim, André Luiz se despediu, encerrando sua fala com a palavra "Adeus".

Maria Tuane iniciou sua fala compartilhando que está há dez anos em situação de rua, sendo quatro desses anos vivendo em um local chamado UNA. Relatou sua trajetória como usuária de crack por seis anos, destacando que isso é amplamente conhecido, pois muitos já a viram fazendo uso da substância. Durante a exposição, Maria Tuane apontou para Aglai, mencionando que ela é ligada à oposição política e chegou a realizar um comício em frente ao local onde Maria Tuane morava, e completou dizendo que embora Aglai estivesse presente na reunião, ela deveria estar sentada do outro lado da mesa, pois não representa segundo suas palavras os interesses da população em situação de rua, especialmente por ter apoiado o atual prefeito.

Também relatou um episódio em que Aglai se aproximou de seu esposo e afirmou a ele que "tinha órgão genital feminino". Maria Tuane interpretou tal comentário como transfóbico e expressou o quanto se sentiu ofendida e agredida pela fala, destacou a gravidade da situação, alertando para o preconceito envolvido. Além disso, informou que, no momento do ocorrido, representantes do Comitê PopRua e da Ouvidoria de Direitos Humanos estavam presentes e a orientaram a registrar uma denúncia formal contra Aglai, dada a natureza ofensiva e discriminatória da declaração.

Samuel iniciou sua fala destacando seu nome e reforçando que todos o conhecem, agradecendo o espaço para se manifestar. Em seguida, direcionou críticas à SMADS, relatando um episódio

ocorrido no final do ano. Ele contou que acompanhou mais de 10 famílias — incluindo cerca de 25 crianças — em busca de acolhimento, mas não havia vagas disponíveis. Samuel criticou a ineficiência do programa, afirmando que ele falha em atender efetivamente a população em situação de rua, especialmente nos momentos em que a demanda é mais urgente.

Samuel citou a fala do prefeito Ricardo Nunes, que teria afirmado: *“Eu prometo aos cidadãos e cidadãs que até o dia 01 de janeiro não haverá mais nenhum povo sujo em frente à minha prefeitura.”* Ele relacionou essa declaração à pressão que, segundo ele, resultou em uma movimentação apressada por parte de Lucas Amaral, nos dias 27 e 28 de dezembro. Samuel relatou que, após levar as famílias até a porta da SMADS, subitamente surgiram vagas nos programas Vila Reencontro, hotel social para casais e hotel social para pessoas solteiras. Criticou essa conduta, afirmando que há uma postura sistemática de “empurrar com a barriga” o problema da população de rua ao longo do ano e que, somente no fim do ano — por conta dos relatórios de encerramento —, ações emergenciais são tomadas. Apontou que os representantes da SMADS não conhecem a realidade das ruas e que, por isso, não representam de fato a população em situação de rua, mas sim interesses institucionais. Ele também relatou ter acompanhado a assistente social Lorena Rios por mais de uma semana solicitando vagas sem sucesso, enfrentando maus-tratos e sem qualquer registro oficial de atendimento para comprovar que aguardaram na porta da SMADS a chegada de Lucas Amaral. Segundo Samuel, há um padrão institucional de expor as pessoas em situação de rua à humilhação.

Samuel fez críticas diretas à forma como os hotéis sociais são administrados, afirmando que são tratados como “depósitos”. De acordo com ele, mesmo havendo 40 vagas disponíveis, quando a pessoa não se adapta ou manifesta instabilidade emocional, não há encaminhamento para outro local — o acolhido é incentivado a “surtar” e pedir desligamento, sendo então jogado de volta ao fim da fila. Por fim, relatou o caso de uma mulher com um bebê recém-nascido que, sob chuva, aguardava atendimento. Enquanto isso, Lucas Amaral teria ido até uma padaria, ignorando a urgência da situação. A mulher foi levada de volta à unidade Patriarca pelo motorista da van, sem qualquer acolhimento adequado. Samuel encerrou suas críticas afirmando que essa negligência institucional, segundo ele, é generalizada e recorrente.

Leandro destacou que sua presença naquele espaço se deu por sua própria vontade de compartilhar vivências e denunciar a realidade enfrentada por pessoas em situação de rua. Ele reforçou que, apesar de diversas promessas feitas e das tentativas de contato com os serviços sociais, nada de concreto tem sido feito, e muitas pessoas continuam sem atendimento adequado. Leandro relatou que já esteve acolhido, mas retornou às ruas por falta de condições dignas. Apontou falhas graves no atendimento prestado por profissionais identificados com coletes verdes, vinculados aos serviços sociais, afirmando que muitos não o atenderam de forma satisfatória. Ele também mencionou dificuldades como ausência de aquecimento, energia elétrica e infraestrutura básica em casas de passagem e projetos da assistência. Questionou a legitimidade dos processos de inscrição em programas sociais, relatando que, mesmo quando se inscreve, nada acontece. “A gente está com gás, mas não está acontecendo nada”, desabafou, expressando frustração com a ineficácia das ações públicas.

Leandro afirmou que os serviços emergenciais não têm capacidade de atender à demanda e criticou o abandono por parte do poder público. Embora exista a promessa de que a

responsabilidade com a população em situação de rua é pública, a realidade, segundo ele, é outra. Destacou que até direitos básicos, como o de lavar roupas, são negligenciados.

Encerrando sua fala em tom de desabafo, Leandro destacou que a justificativa recorrente de que "não tem vaga" se tornou uma desculpa padrão. Manifestou descrença na efetividade dos programas sociais atuais, deixando claro que sua voz e a de outros em situação de rua continuam sendo ignoradas. Ainda destaca que tiraram Maria Luiza da coordenação para colocar alguém com faculdade, mas que isso não resolve o problema de quem está em situação de rua, pois Maria Luiza sim ajudava a população.

Alex destaca que é com muita responsabilidade e preocupação que vem expressar informações importantes. Primeiramente é importante destacar muitas denúncias já feitas e continuam havendo omissões por parte do comitê, reuniões on-line e excluem as pessoas em situação de vulnerabilidade, justamente aqueles que deveriam estar no meio das decisões e já foi solicitado que as reuniões de zeladoria urbana sejam de forma presencial, pois sabemos que a maioria das pessoas vulneráveis já passaram ou ainda passam por situação de violência. Houve também uma promessa específica feita durante outra reunião que era a disponibilização de um link de acesso à internet e Wi-Fi para garantir a participação remota das reuniões e até agora isso não foi feito e como algo tão simples pode ser tratado com tato descaso, Alex destaca também que não é somente uma falha técnica, mas uma falta de respeito com a inclusão digital e a cidadania, outro ponto é que se foi informado que as atas das reuniões estariam disponíveis, inclusive fisicamente na entrada do prédio antes mesmo de ir ao diário oficial e isso não foi cumprido, e se isso é feito para calar as pessoas isso não irá acontecer e se as promessas foram feitas apenas para se calar ou não haver denúncias, isso não irá acontecer, pois irão seguir exigindo o que se é de direito, por fim, quando se usam a voz para apontar falhas ou exigir respeito escutam frases como "aqui se respeita" "não se questiona", isso não é democracia, questionar não é desrespeito, isso é exigir cidadania ativa, respeito de verdade só existe com uma escuta transparente e abertura ao diálogo, não silêncio forçado e por isso deixa o apelo a parar de se esconder atrás de frases prontas e começar a agir com a verdade com a população mais vulnerável. Alex destaca que Karen não queria deixá-lo falar e que Regina Santana estava e não se pronunciou. Diz que Regina Santana informou que Maria Luiza estava na SMADS, mas que isso é mentira que na verdade Maria Luiza está em Santo Amaro e quem quer ainda atendimento com ela que podem procurar ele. Alex informa que Maria Luiza foi agredida verbalmente e rebaixada na coordenação PopRua, fizeram uma covardia com ela, destaca que isso aconteceu porque ela estava com a rua e que isso incomodava. Alex destaca que não estavam deixando-a atender as pessoas que queriam falar com ela e que tinham reuniões com as pessoas da coordenação sem a coordenadora que era Maria Luiza. Menciona sobre uma pessoa sobre a exoneração do antigo coordenador e se ele foi exonerado porque ficasse elogiando a pessoa. Alex informa que dona Regina Santana só fica em silêncio e não fala nada e que o cargo dela exige que ela se pronuncie. Pede para olharem a revolta das pessoas e que não constava em Ata que fizeram um relatório contra eles e que Regina informou que estava errado e que Regina já estava a muito tempo no cargo e esconderam dela os relatórios e que ela não arrumou isso até hoje. Alex questiona onde está esse relatório que foi feito contra ele, informa que estão a frente denunciando e representando as pessoas e deseja que Maria Luiza Quirino volte e quer saber sobre a pauta de reuniões e questiona sobre como não teria pautas sendo que existem várias denúncias em abertos e nas reuniões on-line se colocam as pautas deles. Se dirige a mesa e informa que em outra reunião questionou sobre as falas não

serem mudadas e o responderam que isso nunca aconteceu, o que na visão dele agiram com uma falácia, visto que as Atas sempre foram mudadas e que estão dando continuidade de Alcyr, e destaca sobre saberem que tem gente que estão quietos representantes de ongs, mas que já conhecem e que não irão citar mais nomes, pois estão fazendo relatórios sobre eles e que tem um processo contra ele e os direitos humanos não faz nada, Alex informa que também tem um processo contra Gisele e na covardia por ela não saber e que Maria Luiza passou tudo pra ele. Se Regina Santana a secretária não prestar atenção não é importante para ele, o que importa é o povo de rua escutar e que não mudou nada entre as gestões, a mesma coisa de Sonia Francine era mesma coisa de quem está agora. Informa que Maria Luiza foi para mudar a coordenação e tiraram ela.

Maria Edilene traz seu relato destacando que consideram positivamente a iniciativa de instaurar uma auditoria dentro da SMADS quando um controle social é fundamental e precisam ser honestos com o que está acontecendo hoje é contraditório.

Durante sua fala, questionou a coerência da atual gestão ao manter, no centro das decisões, justamente figuras que estiveram envolvidas em momentos anteriores marcados por irregularidades, sem que jamais tenha sido assinada uma auditoria efetiva sobre esses fatos. Ela citou diretamente o nome do Doutor Rivaldo, que, segundo ela, já havia prometido a realização de uma auditoria, mas isso nunca foi concretizado. A crítica também incluiu a forma seletiva com que as investigações vêm sendo conduzidas: enquanto se concentra o foco nas organizações da sociedade civil, a própria estrutura interna do governo, especialmente a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), segue sem qualquer tipo de apuração pública ou transparência. A participante destacou os contratos milionários com serviços de hotelaria para acolhimento da população em situação de rua, afirmando que esses contratos seguem sem investigação e sem prestação de contas clara à sociedade. A denúncia evidencia um sentimento de impunidade e favorecimento dentro da administração pública, e sugere que há uma tentativa de transferir responsabilidades para fora do governo, enquanto este se isenta de apurar seus próprios atos. Maria trouxe também uma questão das denúncias feitas pelas pessoas e essas denúncias estão sendo omitidas. Destaca que está faltando é a vontade de escutar os mais vulneráveis e quanto alguém está nessa visibilidade, um exemplo é Maria Luiza, o que acontece é a pessoa ser atacada, desrespeitada e retirada do comitê, pois Maria Luiza foi a única que fez algo pela população. Maria se dirige a Regina Santana e diz se fez de amiga e que agora chega na reunião e não fala nada”, ainda diz que Maria Luiza não está na SMADS, mas sim em Santo Amaro e que Regina Santana, Karen Fernanda e Ellen mentiram para eles e que a secretária chamou Maria Luiza de incapacitada e destaca que ela, a secretaria, tem que sair mesmo, pois até agora não fez nada e chamou Maria Luiza para reunião e a humilhou, segundo ela o comitê troca todas as atas e no tempo do antigo coordenador nunca receberam as atas, destaca que somente com Maria Luiza que conseguiram acesso as atas. Maria destaca que em uma reunião que ela participou entregaram fone quebrado para ela. Maria destaca que quer dona Luiza de volta pois ela anda junto com a população de rua.

André Aio destaca que é a primeira vez que vê o auditório em uma reunião ordinária lotado e fica feliz com isso. André destaca que teve uma reunião somente com Maria Luiza e com Alcyr Barbin teve várias e confessa que com Alcyr de todas as conversas não teve resposta até hoje e com Maria Luiza ela arrumou uma vaga para ele e para o namorado em um hotel social. André destaca

que uma fala de Maria Luiza foi **“Eu sei que as pessoas falam muito de você, falam que você não está representando de fato a população em situação de rua. Eu sei de tudo que falam por aí, mas você não está resolvendo nada com a sua presença, com a sua cara aqui. O que você precisa é dar uma oportunidade. Eu vou te dar hoje essa oportunidade, pois eu vou pessoalmente na SMADS arrumar uma vaga para você e seu namorado, porque você está assumindo que foi negligente com a oportunidade que te deram, mas você está assumindo e o mínimo que eu devo a você é sinceridade, mas da minha parte hoje mesmo você vai estar em um acolhimento”**. André destaca que são pessoas assim que devem estar à frente da coordenação do comitê PopRua. Destaca que só via o auditório lotado na época de Julia Lima, em 2018. Durante sua fala, André Aio, trouxe um depoimento contundente baseado em sua vivência pessoal e na realidade enfrentada pela população LGBTQIA+ em situação de rua. Com firmeza, André afirmou: “Dizer o que a gente passa todos os dias na rua, eu posso, porque eu sei. Eu sei o que um morador de rua passa, como ele vive.” André chamou atenção para a invisibilidade da população LGBTQIA+ em situação de rua, destacando que já apresentou dados relevantes sobre essa parcela da população, mas que esses números nunca foram utilizados por instâncias oficiais. Ele citou que 54% da população LGBTQIA+ em situação de rua sofre violações de direitos, e que 17,2% não estão nessa condição por uso de substâncias ou álcool, mas sim por conta do preconceito, especialmente a rejeição familiar. “Muitos de nós fomos parar na rua porque nossos pais não aceitaram que éramos gays, lésbicas, travestis, pessoas trans.” André ainda destaca que é soro positivo contraído por ter sido estuprado dentro de um equipamento e que quando conversou isso com Lucas Amaral, que estava na secretaria a resposta dele foi “será que você não fez por merecer não veado?”. André então encerrou sua fala.

Michel, que vive em situação de rua e participa ativamente das discussões, fez um desabafo forte e cheio de indignação sobre como as coisas vêm sendo conduzidas e sobre a falta de compromisso de alguns membros do grupo. Ele reclamou que tem gente no conselho que não enxerga a realidade das ruas, e criticou o distanciamento e a omissão de quem deveria estar ouvindo e agindo. Disse com firmeza: *“Tem gente aqui dentro que não olha para a rua. E vou falar mais ainda.”* Michel também mostrou toda sua frustração com a falta de respostas concretas, ele apontou que muita coisa é prometida, mas pouca coisa acontece de verdade. Segundo ele: *“Deram resposta? Só tem uma. A língua não é muito do ciclo.”*

Mais adiante, ele questionou a transparência na forma como os recursos são usados e cobrou mais clareza sobre o trabalho das organizações envolvidas. Perguntou diretamente: *“Por que vocês não divulgam a conta de vocês nas redes sociais?”* Michel pede ainda para que Mabel responda sobre apoio ou outras organizações pelo fato dela fazer parte de uma.

Mabel destaca que e se apresenta como trabalhadora social, explicou que não é presidente do conselho, mas sim uma técnica da área social. Ela afirmou que os contratos com organizações parceiras não permitem manifestações públicas sobre certas questões e que essas limitações estão previstas nos próprios documentos. A trabalhadora social também comentou que há pouca participação efetiva no comitê e que faltam recursos e informações claras para muitas pessoas, inclusive para aquelas diretamente envolvidas no trabalho com a população de rua. Explicou que os dados sobre as organizações parceiras e os convênios firmados com a prefeitura são públicos e podem ser acessados por qualquer pessoa interessada. “É só entrar no site da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, pois lá tem várias informações e listas de

organizações conveniadas”, orientou.

Ao final, reforçou que os documentos relacionados a essas parcerias são abertas ao público, e que todo cidadão de São Paulo tem o direito de acessá-los.

Castor destaca que nem todos tem como acessar por conta de internet, pessoas de calçada.

Michel seguiu questionando diretamente a secretária e outros presentes. Com muita indignação, perguntou onde estavam os direitos humanos que, segundo ela, deveriam estar garantidos a todos. “A gente tem direito! Cadê o básico, como o saneamento? E onde estão os centros de acolhida?”, reclamou. Ele também mencionou que já buscou acolhimento em diferentes lugares, como na AEB, mas sentiu que a situação segue sem solução. Perguntou se havia ouvidoria interna e reclamou que, mesmo quando tentam procurar respostas, é difícil saber a quem recorrer: “A senhora gostaria de responder para a gente? A gente pode vir aqui procurar vocês?”.

Michel ainda falou sobre o tratamento recebido em alguns espaços, mencionando que muitas vezes a população em situação de rua é empurrada de um lado para outro, sem dignidade ou escuta. Reforçou a necessidade de as autoridades se manifestarem: “Se o secretário pode vir aqui, então que venha responder, que venha olhar pra gente”. Ela finalizou cobrando explicações sobre a situação em um determinado ponto da cidade, dizendo que há “um monte de gente lá”, e questionou a falta de retorno: “Cadê a justificativa? O que está acontecendo?”. Segundo ele, as autoridades parecem olhar diferente para quem vive nas ruas, como se essas pessoas fossem invisíveis.

A secretária Regina Santana tomou a palavra para esclarecer o papel da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) no atendimento à população em situação de rua. Ela explicou que o comitê presente no espaço tem como principal objetivo ouvir as demandas trazidas por essa população e que a equipe se esforça para encaminhá-las de forma adequada.

Regina ressaltou, no entanto, que a Secretaria de Direitos Humanos não é responsável pela oferta direta de vagas de acolhimento, uma vez que essa competência é da rede socioassistencial, como o SMADS (Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social). Ainda assim, pontuou que mantém diálogo constante com a secretária Eliana, responsável pela área, para que as situações mais críticas sejam levadas em consideração. Ela enfatizou que, mesmo diante das limitações, o espaço do conselho existe justamente para garantir escuta ativa e qualificada às pessoas em situação de rua, e que o compromisso da secretaria é o de não apenas ouvir, mas buscar caminhos para atender, sempre que possível, às demandas apresentadas. Informou também que inclusive o casal presente, Alex e Maria Edilene foram atendimentos diversas vezes pela SMDHC e pela Stela Verzolla e se dirige a eles e pergunta se de fato não foram atendidos.

Alex destaca sobre os relatórios feitos com eles, que ninguém está fazendo nada, se dirige a secretária Regina Santana.

Gisele informa também sobre as reuniões que ela é excluída e não a deixam falar, mas que não iam calá-la.

Durante toda a reunião, a equipe da SMDHC foi alvo de **interrupções constantes, gritos e ataques verbais coletivos**, o que atrapalhou para que pudessem ter encaminhamentos

pertinentes. Ao final dessas intervenções, e devido ao prolongamento do horário, os lanches providenciados pela SMDHC foram servidos.

Desse modo, sendo o que cabia para o momento a reunião foi encerrada.

LISTA DE PRESENÇA: 127193374



Karen Fernanda dos Santos Barbosa

Assessor(a) III

Em 06/06/2025, às 15:16.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **127192775** e o código CRC **D24AFA04**.
